

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA		
ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2025/23133	30035/2025	Proposta à Câmara Municipal
Unidade Administrativa		
DCF - DP [ENTRADAS]		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

FACTOS E FUNDAMENTOS LEGAIS

Contrato de Cedência de Utilização

(Parcela de terreno para Horta Comunitária, Maximinos)

Considerando que:

1. A Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que aprovou o regime jurídico das autarquias locais, veio concretizar o regime de delegação de competências dos municípios nas freguesias, em todos os domínios dos interesses próprios das populações destas, em especial, no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais.
2. A concretização da delegação visa, fundamentalmente, a aproximação das decisões dos cidadãos, a promoção da coesão social e territorial, o reforço da solidariedade inter-regional, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações, bem como a eficiente e eficaz utilização dos recursos disponíveis, com respeito pelos princípios da igualdade de não discriminação.

3. As freguesias são, por força da sua proximidade com as populações, entidades em circunstâncias privilegiadas para melhor conhecer as suas populações, podendo, por isso, atuar com eficácia em diversos domínios, nomeadamente, nas áreas da cultura, desporto e tempos livres, ação social e património, defesa do consumidor e ambiente.
4. O Município de Braga defende que a promoção e o apoio a atividades e projetos que visam o envolvimento e relacionamento da comunidade, bem como a proteção e desenvolvimento de atividades que apoiam o meio ambiente e a alimentação saudável, são essenciais para o desenvolvimento e o bem-estar da população, traduzindo-se num meio privilegiado de integração e coesão sociais.
5. As freguesias podem desempenhar um papel fundamental como parceiros para o alicerçar destes projetos de envolvimento comunitário e proteção ambiental, permitindo que sejam uma realidade disponível para toda a população.
6. Esta transferência de competências consubstancia, de acordo com o artigo 112.º do Anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação em vigor, os objetivos de descentralização administrativa, nomeadamente, a aproximação das decisões aos cidadãos, a promoção da coesão territorial, o reforço da solidariedade inter-regional, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis.
7. A presente transferência de competências, em conformidade com o disposto no n.º 4 do artigo 29.º da Lei 50/2018, de 16 de agosto, não acarreta nem significa um aumento da despesa pública.
8. Tendo em conta a realidade das Freguesias/União de Freguesias de Braga, no que concerne ao presente objeto de transferência de competências, os princípios consagrados no n.º 2 do artigo 39.º da Lei 50/2018, de 16 de agosto, foram observados e aplicados.

Mais considerando:

9. A promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, constituem atribuições dos municípios, nos termos do estabelecido no n.º 1, do artigo 23.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais (Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual);
10. Compete à assembleia municipal “deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações...” (cfr. alínea j), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação - Regime Jurídico das Autarquias Locais);

11. Compete, também, à assembleia municipal “autorizar a celebração de contratos de delegação de competências entre a câmara municipal e as juntas de freguesia...” (cfr. alínea k), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação - Regime Jurídico das Autarquias Locais);

12. O fim de interesse público subjacente à celebração do presente contrato, alcançado através da cedência da utilização da parcela de terreno para desenvolvimento da Horta Comunitária, Maximinos, consubstancia-se no que concerne na disposição legal, em competências de iniciativas e atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para a União de Freguesias de Maximinos, Sé e Cividade;

13. A celebração do presente contrato visa assegurar uma gestão e utilização racional do bem imóvel objeto do mesmo, concretizando a necessária ponderação entre os custos e benefícios;

14. O disposto nos artigos 52.º e seguintes do Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto, que estabelece o Regime Jurídico do Património Imobiliário Público.

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

Assim,

Nos termos do disposto no artigo 29.º da Lei 50/2018, de 16 de agosto, e em cumprimento da deliberação da Câmara Municipal de XXXXXXXX e da Assembleia da União de Freguesias de Maximinos, Sé e Cividade de.....

Entre

Município de Braga, pessoa coletiva de direito público n.º 506 901 173, com sede na Praça do Município, 4700-514, Braga, neste ato representado pelo Presidente da Câmara Municipal, **Ricardo Bruno Antunes Machado Rio**, adiante designado por **Primeiro Outorgante**,

e

União de Freguesias de Maximinos, Sé e Cividade pessoa coletiva nº 510 835 163, com sede na Avenida Imaculada Conceição n.º 90, 4700-034 Maximinos, Braga, neste ato representada pelo Presidente da Junta de Freguesia, **Luís Filipe Paiva Mota Pedroso**, adiante designado por **Segundo Outorgante**,

É celebrado o presente contrato de cedência de utilização, que será regulado pelas cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira

(Objeto)

1. O presente contrato tem por objeto a cedência de utilização, por parte da Câmara Municipal de Braga na Segunda Outorgante em matéria de gestão, reabilitação e conservação e desenvolvimento da parcela de terreno para Horta Comunitária de Maximinos, sita junto à Rua Cónego Dr. António José Ribeiro, Urbanização da Quinta das Hortas, União de Freguesias de Maximinos, Sé e Cividade, denominada por “Horta Comunitária de Maximinos”.

2. O referido prédio municipal, com a área de 1.492,00 m², está descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 49034/Sé, e inscrito na matriz predial urbana da Freguesia da Sé sob o artigo 61806.

Cláusula Segunda

(Uso)

A parcela de terreno em questão destina-se exclusivamente à prática de agricultura em meio urbano, horta urbana, nos termos a definir pela segunda outorgante.

Cláusula Terceira

(Obrigações dos Outorgantes)

1. Constituem obrigações do Município:

a) Transferir para a Segunda Outorgante os meios necessários para o exercício das competências delegadas, nos termos das cláusulas seguintes;

b) Apoiar tecnicamente a Segunda Outorgante;

2. Constituem obrigações da Segunda Outorgante:

a) Responsabilizar-se pela correta utilização da Horta Comunitária, nos fins e usos propostos, cumprindo e informando os seus utilizadores da necessidade de cumprir integralmente as regras definidas e em vigor;

b) Suportar os encargos inerentes à conservação, manutenção, limpeza e vigilância da parcela de terreno em conformidade com as disposições legais vigentes;

c) Manter as instalações em perfeito estado de conservação e segurança;

3. O Segundo Outorgante obriga-se, ainda, a:

a) Prestar ao Município de Braga todas as informações sobre a forma como a execução do presente contrato está a ser desenvolvido, facultando, para tanto, acesso à área cedida e a todas as demais informações solicitadas, sem prejuízo do princípio da necessidade, da proporcionalidade e do respeito pelo regime geral de proteção de dados;

b) Comunicar de imediato ao Município qualquer defeito ou anomalia que se verifique no espaço cedido; assim como a existência de qualquer ocorrência verificada pela utilização do referido espaço, no prazo de 8 dias após a sua verificação;

c) Celebrar e manter em vigor todos os seguros que se mostrem necessários e adequados ao funcionamento do espaço e seus utilizadores;

d) Remeter ao Município os relatórios referidos na Cláusula Sexta, nos quais será prestada informação circunstanciada sobre o exercício das competências delegadas;

e) A segunda outorgante compromete-se ainda a avisar o Município de Braga, sempre que tenha conhecimento de que algum perigo ameaça o terreno ou que terceiros se arroguem direitos sobre ele;

f) Quaisquer despesas decorrentes da utilização do terreno correrão por conta da segunda outorgante.

Cláusula Quarta

(Recursos humanos)

As despesas com os recursos humanos necessários para o exercício das competências delegadas são da responsabilidade da Segunda Outorgante.

Cláusula Quinta

(Responsabilidades)

Durante o período de vigência do presente contrato, a Segunda Outorgante é responsável pela segurança de pessoas e bens no espaço cedido, cuja gestão lhe é delegada, no âmbito do presente contrato.

Cláusula Sexta

(Acompanhamento e controlo)

1. O acompanhamento e controlo da execução do presente contrato são efetuados pelo Município, assistindo-lhe o direito de, por si ou por terceiros, fiscalizar a sua execução.

Cláusula Sétima

(Gestores do contrato)

Para efeitos do disposto no artigo 290.º-A do CCP, as partes designam como gestores do contrato e substitutos, em caso de impossibilidade ou impedimento:

Pelo do Município de Braga

Nome gestor do contrato: Francisco Marques

Email: francisco.marques@cm-braga.pt

Pela Segunda Outorgante

Nome gestor do contrato: Luís Filipe Paiva Mota Pedroso

Email: secretaria@uf-msc.pt

Cláusula Oitava

(Força maior)

1. Não podem ser impostas penalidades à Segunda Outorgante, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias/pandemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

1. Não constituem força maior, designadamente:
 2. Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados da Segunda Outorgante, na parte em que intervenham;
 3. Greves ou conflitos laborais limitados à Segunda Outorgante bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 4. Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pela Segunda Outorgante de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 5. Manifestações populares devidas ao incumprimento pela Segunda Outorgante de normas legais;
 6. Incêndios ou inundações com origem nas instalações da Segunda Outorgante cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 7. Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos da Segunda Outorgante não devidas a sabotagem;
 8. Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
3. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
4. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula Nona

(Modificações)

1. O presente contrato pode ser modificado, quando se verifique a existência de alterações supervenientes das circunstâncias, que afetem o interesse prosseguido com a sua celebração.
2. Qualquer alteração ao presente contrato carece do prévio acordo das partes, e será celebrada por escrito, através de adenda a este contrato.

3. O presente contrato poderá ainda ser modificado, sempre que o Município pretenda alargar ou restringir o seu objeto, tendo em vista a melhoria da prestação de serviços, ou para definição das verbas a transferir, o que será efetuado por adenda.

Cláusula Décima

(Período de vigência)

1. O presente contrato produz efeitos desde a data da sua assinatura, até ao final do mandato da Assembleia Municipal, considerando-se renovado após a instalação deste órgão, sem prejuízo do disposto na cláusula seguinte.
2. As partes podem denunciar o contrato, no prazo de seis meses após a instalação do órgão deliberativo do Município.
3. Findo o contrato, a segunda outorgante restituirá à primeira o terreno alvo deste contrato, completamente livre de pessoas e bens e no preciso estado em que o recebeu.

Cláusula Décima Primeira

(Cessação do contrato)

1. O presente contrato poderá cessar a sua vigência por caducidade, revogação ou resolução, no caso em que se verifique o incumprimento da contraparte, ou por razões de interesse público devidamente fundamentadas.
2. O contrato cessa por caducidade, nos termos gerais, ou pelo decurso do respetivo prazo de vigência.
3. As partes podem revogar o contrato por mútuo acordo.
4. As partes podem suspender execução do presente contrato por incumprimento de uma das partes, ou por razões de interesse público devidamente fundamentadas:
5. A cessação ou suspensão do presente contrato não pode pôr em causa a continuidade do serviço público, cabendo ao Município o exercício das competências para as quais o contrato deixe de vigorar.

Cláusula Décima Segunda

(Dúvidas interpretativas)

As dúvidas interpretativas que surgirem durante a execução do presente contrato serão resolvidas pelo Município, ouvida a Segunda Outorgante.

Cláusula Décima Terceira

(Casos omissos)

Em tudo aquilo que não esteja previsto no presente contrato, aplicar-se-á o disposto no Anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação em vigor, e demais legislação aplicável.

Cláusula Décima Quarta

(Natureza jurídica)

1. O presente Contrato tem natureza administrativa, nos termos do n.º 2 do art.º 5.º-B do Código dos Contratos Públicos e a sua formação está excluída da parte II do mesmo Código, nos termos da alínea c) do n.º 4 do artigo 5.º do mesmo Código.
2. É aplicável, em especial, o art.º 338.º do Código referido no número anterior.

Cláusula Décima Quinta

(Foro Competente)

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, com expressa renúncia a qualquer outro.

Feito em duplicado no dia XX do mês de XX de 2025, sendo cada um dos exemplares entregue a cada uma das partes, depois de devidamente rubricado e assinado.

Pelo Primeiro Outorgante,

Pelo Segundo Outorgante,

Braga,de ... de 2025.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE